

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A construção da barragem do Tua foi autorizada pelo ministério do ambiente em 2009, começando a produzir energia elétrica em 2018. O impacto da construção do empreendimento elétrico foi brutal ao nível paisagístico e na mobilidade das populações de todo o vale do Tua, com o encerramento de parte da linha do Tua.

Lembramos que na Declaração de Impacte Ambiental (DIA), datado de maio de 2009, mencionava logo no ponto um a necessidade de “Assegurar o serviço de transporte público da linha férrea do Tua no troço a inundar, de modo a garantir e salvaguardar os interesses e a mobilidade das populações locais e potenciar o desenvolvimento sócioeconómico e turístico. Para o efeito, deverá ser efetuada uma análise de alternativas, incluindo a análise da viabilidade de construção de um novo troço de linha férrea”.

Em 2015, foi apresentado o Plano de Mobilidade do Tua onde constava ligação entre a Estação Ferroviária do Tua e Mirandela-Carvalhais, combinando o troço rodoviário entre a Estação Ferroviária do Tua e a Barragem, num percurso de cerca de 4 km, o troço fluvial entre o cais da Barragem e o cais da Brunheda, num percurso de 19,1 km e o troço ferroviário entre Brunheda e Mirandela, numa extensão de 39,2 km. Na altura a plataforma “Salvar o Tua” e o Bloco de Esquerda alertaram que o plano de mobilidade não cumpria o principal requisito inscrito na DIA por não assegurar a totalidade da linha férrea e de ser irrealista.

Segundo a Agência para o Desenvolvimento Regional do Vale do Tua (ADRVT) desde 2017 foram investidos no plano de mobilidade 17 milhões de euros, mas a população continua sem poder usufruir da compensação da construção da barragem do Tua.

Em 2016, foi concessionada ao empresário Mário Ferreira, proprietário da Douro Azul, a parte turística do Sistema de Mobilidade do Tua, numa verba que garantiu ao empresário 10 milhões de euros para investir no Vale do Tua.

Em 2018, a gestão da infraestrutura da linha do Tua entre Brunheda e Mirandela (Carvalhais) é

concessionada à ADRVT, por um prazo de 25 anos, que poderá ser renovado o contrato. Foi também estabelecido um acordo entre a CP, a IP e a ADRVT para regulamentar os termos em que o serviço de transporte de passageiros é assegurado, com qualidade e em segurança.

O Bloco de Esquerda considera inaceitável como o plano de mobilidade do Tua ainda não esteja operacional e ao serviço das populações da região.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Secretário de Estado das Infraestruturas, as seguintes perguntas:*

1. Tem o governo conhecimento da situação descrita?
2. Quais as razões para o plano de mobilidade do Tua ainda não estar em funcionamento?
3. Considera o governo que a responsabilidade do plano de mobilidade do Tua é da ADRVT?
4. Que verbas têm sido orçamentadas desde 2016 para o plano e qual a sua execução financeira?

Palácio de São Bento, 23 de janeiro de 2024

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)